

Alternativas de desestruturação do capacitismo: carta aos editores

Alternatives for deconstructing ableism: letter to the editors

Paulo Roberto Lima Falcão do Vale
(<https://orcid.org/0000-0002-1158-5628>)¹

¹ *Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Antônio de Jesus BA Brasil.*

Prezados(as) editores(as), ao ler o artigo intitulado “Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19”¹ fui provocado pelos autores a responder a questão presente no texto “Que alternativa se oferece que não a da militância?”.

Escrevo esta carta com intenção de corroborar com o ensaio e acrescentar reflexões potenciais que podem transformar os modos de desenvolvimento das políticas públicas. Para isso abordarei dois aspectos: a cortesia da deficiência e o poder do associativismo feminino.

A desestruturação do capacitismo estrutural se inicia pela análise dos conceitos dominantes das políticas públicas do Brasil, as quais adotam o conceito de deficiência biomédica, enquanto o associativismo das pessoas com deficiência defendem a noção de deficiência social pensada por Diniz². O conceito de deficiência biomédica desconsidera a relação simbiótica da pessoa com deficiência e sua cuidadora principal, na maioria das vezes mulheres, mães ou companheiras, imputadas socialmente pela tarefa de cuidar integralmente.

O fato é que as políticas públicas no Brasil abordam com restrições a cortesia da deficiência (em referência ao estigma de cortesia de Goffman³), exemplifico ao citar as mães de crianças com Síndrome Congênita do vírus Zika (SCZ) que convivem com comentários preconceituosos que seriam evocados para a criança, mas o fazem com justificativa nos comportamentos maternos “desviantes”⁴. Em síntese, os rótulos da sociedade corponormativa incluem as cuidadoras principais como extensão do corpo com lesão², ou seja, à elas interagem as repercussões do capacitismo.

Advogo portanto, que políticas públicas não capacitistas devem incluir as cuidadoras principais em eixos de atenção à saúde e de assistência social,

com vistas a prevenir adoecimentos e assegurar direitos fundamentais. Neste sentido, as ações das próprias mulheres-mães-cuidadoras principais podem ser as instituintes da desestruturação do capacitismo estrutural. O poder do associativismo feminino reúne potencialidades para transformar o capacitismo estrutural, justificado pelo longo tempo de enfrentamentos na sociedade heteronormativa, domínio da noção de direito à saúde e capacidade de liderança das associações em defesa do bem-estar da criança e família⁴.

O associativismo das mães de crianças com SCZ evitou a perda completa da sociabilidade da criança durante a pandemia da COVID-19, elas intensificaram a troca de experiências mediadas por redes sociais, alcançando mães de todas as regiões do Brasil. Por isso, a exploração de recursos virtuais como estratégia de superação das barreiras capacitistas pode ser um legado construído durante a pandemia e tende a permanecer.

Ao mesmo tempo, as mães deslegitimam planos terapêuticos emitidos por profissionais de saúde que agem com violência epistemológica sobre o seu conhecimento⁴. De modo semelhante, percebo algumas rejeições do campo empírico para projetos de pesquisas que pretendem observar ou intervir em grupos associativistas, sem a participação efetiva dos seus membros desde a concepção da pesquisa, o que sustenta o lema atual amplamente utilizado “nada de nós sem nós”.

Reitero a relevância do artigo¹, corroboro que a desestruturação do capacitismo urge e a insurgência coletiva é a principal alternativa, por isso contribuo afirmando que as mulheres-mães-cuidadoras principais e o poder do associativismo feminino potencializarão esse processo.

Referências

1. Amorim AC, Gertner SRCB, Costa LS, Feminella AP. Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19. *Cien Saude Colet* 2022; 27(1):49-56.
2. Diniz D. *O que é deficiência*. São Paulo: Hedra Ltda; 2012.
3. Goffman E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1988.
4. Alano D, Pereira J. Maternidade como missão! A trajetória militante de uma mãe de bebê com microcefalia em PE. *Cad Gen Div* 2017; 3(2):113-133.

